



Sindicato das Santas Casas de Misericórdia
e Hospitais Filantrópicos do Vale do Paraíba
Litoral Norte e Alta Mantiqueira

SINDHOSFIL VP CIRCULAR DIRETORIA

PRE 078/2024

Vale do Paraíba, 07 de maio de 2024.

Ref.: Os exames toxicológicos voltaram a fazer parte do PCMSO. Retransmissão Circular Sindhosfil 473.2024

Com a publicação da [Portaria MTE 612 de 25 de Abril de 2024](#) (DOU de 26/04/2024) os exames toxicológicos voltaram a fazer parte do PCMSO e, esta, talvez, seja a principal alteração, diante do foi estabelecido anteriormente pela [Portaria MTP 672 de 2021](#). Na verdade, a Portaria MTE 612/2024 altera justamente o capítulo da Portaria MTP 672/2021 que trata dos exames toxicológicos (a partir do Art. 60).

Um breve resumo das alterações são os seguintes:

1. Os registros dos exames toxicológicos voltam a ser comunicados ao eSocial e, contera as seguintes informações:
 - a. identificação do trabalhador pela matrícula e CPF;
 - b. data da realização do exame toxicológico;
 - c. CNPJ do laboratório;
 - d. código do exame toxicológico; e
 - e. nome e CRM do médico responsável." (NR)
2. Devem ser realizados:
 - a. previamente à admissão;
 - b. periodicamente a cada 2 anos e 6 meses (na forma do Anexo VI – sistema de escolha de forma randômica); e

Nota: Quanto ao sistema randômico dos exames periódicos (Anexo VI) a empresa, para sua maior segurança (entendo eu) poderá realizar exames em periodicidade menor que 2 anos e 6 meses e, poderá incluir nos sorteios todos os empregados motoristas, exceto os admitidos nos últimos 60 dias ou afastados, por qualquer motivo, de suas funções.

 - c. por ocasião do desligamento e serão custeados pelo empregador;
3. Ser realizado e avaliado em conformidade com parâmetros do CONTRAN, em especial a [Resolução 923/2022](#);
4. *Ser realizado por laboratórios com ACREDITAÇÃO ISO 17025*;
5. Os exames toxicológicos previstos na [Lei nº 9503/1997](#), realizados dentro de 60 dias, podem ser utilizados para fins dos exames toxicológicos admissional, periódicos e demissional;



Sindicato das Santas Casas de Misericórdia
e Hospitais Filantrópicos do Vale do Paraíba
Litoral Norte e Alta Mantiqueira

SINDHOSFIL VP CIRCULAR DIRETORIA

6. O empregador, nos casos de aproveitamento dos exames previstos no parágrafo segundo do [Art. 148-A da Lei nº 9503/1997](#), custeará o respectivo exame ou reembolsará o empregado o respectivo.
7. Em caso de exame periódico resultar positivo, o empregador providenciará avaliação clínica do motorista empregado quanto à possibilidade de dependência química, e, se indicada a dependência:
 - a. Emitirá CAT caso haja suspeita de que a dependência tenha origem ocupacional;
 - b. Afastar o empregado do trabalho;
 - c. Encaminha-lo à Previdência Social, para avaliação de incapacidade e definição da conduta previdenciária a ser definida após a realização da perícia; e
 - d. Reavaliar, se for os riscos ocupacionais e medidas pertinentes no PGR.
8. O programa de controle de uso de droga e de bebidas alcoólica ([Art. 235-B, inciso VII da CLT](#)) poderá ser contemplado no PGR.
9. O *relatório médico de concluir pelo uso indevido, ou não, de substância psicoativa, sem indicação de níveis ou tipo de substância identificada*.

Vigência: A partir de 26/04/2024, exceto quanto aos envios aos eSocial cuja vigência será a partir de 1/8/2024.

Fonte: Odair Fantoni - Odair.fantoni@gmail.com - www.abfgente.com.br - www.rhevistarh.com.br
<https://www.reportit.com.br> - www.beneficios.app.br

Jaime Durigon Filho
Presidente